

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1990

Norma Fusco MENDES, *Roma Republicana*, col. Série Princípios, editora Ática, São Paulo, 1988, 87 págs.

Este volume inclui-se numa série de âmbito diverso englobando assuntos tão distintos como Medicina, História, Literatura, Filosofia, Administração... pela qual se pretendem apresentar sínteses actualizadas das diferentes temáticas. Independentemente dos resultados, o princípio que norteia estas publicações é bastante interessante, sobretudo tendo em conta as dificuldades de dispor de bibliografia de síntese imprescindível àqueles que iniciam os seus estudos.

Norma Fusco Mendes, professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em História de Roma e Medieval, num volume de 87 páginas dividido por oito pontos, apresenta-nos “a síntese dos elementos sócio-económicos e políticos formadores da estrutura republicana romana, principalmente aqueles que viabilizaram a conquista, a unificação do mundo antigo e deram condições para a passagem do governo republicano para o monárquico” (p. 5).

A amplitude deste volume não permite desenvolver nenhum dos assuntos em particular, implicando, nalguns casos, a simples enunciação de conceitos sem qualquer comentário analítico.

As fontes para o estudo da história de Roma republicana são escassas, deficientes, às vezes distorcidas como diz a autora “lacunosas, desiguais e permeadas de anacronismos”. Daí, a necessidade de uma postura crítica em face das mesmas. Contudo e apesar disso, nenhuma pode ser preterida, parecendo-nos estranho que a autora não incluía Vergílio e a Eneida e a lenda das origens de Roma entre as fontes. Como informa P. Grimal, “a lenda dos primeiros tempos de Roma está repleta de sinais (...). É por isso que todo aquele que tente descobrir o segredo da Romanidade os deve ter em conta, já que representam outros tantos estados de consciência sempre presentes na alma colectiva de Roma”.

Os conhecimentos sobre as origens de Roma carecem, ainda, de elementos que nos permitam ser afirmativos. Mais elucidativas são as informações relativas ao domínio etrusco em Roma e as múltiplas influências implementadas pela aristocracia etrusca que originaram uma dinâmica transformadora no seio da sociedade romana originando “a passagem das comunidades aldeãs de pastores para o agrupamento social característico da antiguidade greco-romana: a cidade-estado” (p. 9), implicando necessariamente a desarticulação de uma sociedade de estrutura arcaizante e, desta forma, contribuindo “para a formação do sistema cultural e religioso dos Romanos, fornecendo os alicerces sobre os quais Roma ergueu as suas instituições políticas e militares republicanas” (p. 10).

A passagem da realeza para a República — Tito Lívio diz-nos datar de 509 o início da República — originou uma transformação nas instituições cuja evolução foi condicionada pela luta entre patrícios e plebeus, uns e outros lutando pelo controlo do poder: os primeiros por controlá-lo em exclusivo, os segundos por nele se acharem representados.

Este período turbulento só terminará em meados do século IV com a consagração do “carácter aristocrático da República romana veiculado na nova nobreza patrício-plebeia” (p. 22).

No terceiro ponto, a autora apresenta o perfil institucional da República Senatorial e delinea os princípios norteadores das práticas institucionais. O Senado, “entendido como o órgão de poder mais poderoso, (...) responsável por toda a administração interna, política externa, finanças, etc.”, era a estrutura básica do governo e o elemento em função do

qual se organizava toda a estrutura social; o povo romano, uma “heterogeneidade de cidadãos divididos em grupos em função das necessidades do Estado” (p. 32) e a quem estava vedada a participação política.

O papel proeminente do Senado na organização da Roma do século III será decisivo, na opinião da autora, para “a conquista e a construção do império do povo romano” (p. 38). De facto, será o Senado, pelo facto de controlar toda a sociedade, que fornecerá os instrumentos necessários à expansão, mas a disponibilização dos meios políticos e militares não pode ser dissociada da vitória de princípios de carácter mental e ideológicos que, em última análise, determinam essa atitude.

Ao analisar, no quarto ponto, “o domínio do Mar Mediterrâneo”, a autora descreve os momentos decisivos da dinâmica de conquista, quer se trate de tratados ou de batalhas que permitiram a Roma tomar-se numa potência imperialista.

Este esforço de guerra provocou vários problemas, nomeadamente de ordem financeira, o que levou ao início da cunhagem do denário, estejamos de acordo com a tradição, que a dá na época do cônsul Q. Ogulino (269 a. C.), ou com a crítica histórica, que regista o seu uso a partir de 214 a. C. (p. 40).

O denário, a primeira moeda de prata dos Romanos, nasceu de facto, devido às necessidades financeiras decorrentes da II Guerra Púnica, em 211 a. C., data que nos é fornecida pelos achados recolhidos nos restos incendiados de Morgantina por investigadores da Universidade de Yale e que esclarecem o equívoco transmitido pela passagem de Plínio (*História Natural*, XXXIII) que fez alguns autores situar em 269 a. C. o início da amoeção romana em prata.

A política orientadora dos mecanismos de conquista traduziu-se nas formas de organização administrativa dos territórios que Roma passa a dominar, e as diferenças locais ou regionais de administração impõem uma diversidade de direitos e deveres dos cidadãos. A autora refere as colónias, os *municipia* e as províncias como jurisdições administrativas, apresentando um quadro generalizado e ideal, apenas sugerindo a possibilidade de excepções.

Ao longo do ponto seis, o mais desenvolvido, Norma Fusco Mendes analisa “a desarticulação do sistema republicano”, iniciando a análise pelas transformações políticas e económicas de Roma em geral e as desigualdades sociais que “os frutos da vitória” provocaram. Esta conjuntura irá determinar no século III a. C. “divergências entre senadores e ordem equestre manifestas na luta pelo exercício do poder” (p. 56) e as revoltas da mão-de-obra escrava que, em seu entender, “são tentativas de busca de liberdade individual e não de abolição da escravatura como instituição” (p. 59).

A reforma agrária pelos Gracos é, sem dúvida, um dos actos mais extraordinários da República Romana e situa-se num momento de acesa discussão intelectual interna; talvez por isso esta temática é apresentada com bastante relevo. Contudo, ficaram por apresentar os efeitos mais consequentes desta tentativa, tudo sendo explicado com vista a defender que “o exemplo dos tribunos Gracos demonstrou à sociedade romana a importância de um líder para conter o exclusivismo político senatorial” (p. 62), importância que, assim reduzida, enquadra apenas os resultados práticos da obra dos Gracos.

O aparecimento do poder pessoal encontra em Mário um precursor indiscutível, em Sila o primeiro déspota. As tentativas de dominação pessoal do poder prosseguem, sobretudo ao longo do século I a. C., terminando com a instituição da monarquia por Octaviano.

A obra termina com dois pontos: um de bibliografia comentada e outro de vocabulário crítico.

Sumariamente, esta obra refere a dinâmica de formação das instituições republicanas e a sua desagregação, fruto de lutas sociais internas que levaram à formação da monarquia. Dentro dos seus limites e reduzido número de páginas, os assuntos são em geral sumariamente tratados, e nem sempre dos temas discutíveis são apresentadas as várias tendências. Contudo, a sua função de guia para o estudo da Roma Republicana é relativamente satisfeita.

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES